

Senado diz à Justiça que o "Trem da Alegria" é legal

Brasília — A consultoria jurídica do Senado encaminhará hoje ao Juiz federal Jacy Vieira, da 2ª Vara de Brasília, as informações sobre o chamado "Trem da Alegria" que efetivou 1 mil 554 servidores da gráfica daquela casa do Congresso, 300 dos quais contratados à última hora. Ao mesmo tempo, o advogado Eri Varela dará entrada num mandado de segurança junto ao Tribunal Federal de Recursos, com o objetivo de anular a liminar com que o mesmo juiz sustou os efeitos do "Trem".

Por ordem do Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla, que se encontra ainda no Espírito Santo, a consultoria jurídica encaminhará ao juiz os atos nºs 87 e 88, através dos quais os servidores foram efetivados, juntamente com a relação de todos eles, as fichas individuais de cada um, bem como cópias das resoluções da Mesa, com toda a sua tramitação, além de argumentos jurídicos indicando que tudo foi feito dentro da lei. No final, pede que o juiz reconsidere sua posição e revogue a liminar.

Ao Tribunal

Caso o Juiz Jacy Vieira não atenda ao pedido do Senado, as instruções dos advogados da Casa já estão definidas: ingressão com um agravo de instrumento (um recurso) diretamente ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos, contra a liminar. Nesse caso, o Presidente do TFR pode revogar a liminar ou, se preferir, submeter o recurso ao plenário, o que só poderá ocorrer no próximo mês, quando terminar o recesso do Judiciário. Um assessor de Moacyr Dalla informou, confiante, que a medida poderá ser suspensa pelo Presidente do Tribunal e citava um precedente muito recente: ele revogou a liminar que uma juíza do Rio concedeu a um empregado que, através de mandado de segurança, retirou o depósito do Fundo de Garantia para o pagamento de dívidas, a pedido do BNH.

Já o advogado Eri Varela disse ontem à noite que já tem mais de 300 procurações de funcionários da gráfica do Senado e hoje receberá outras mais, para entrar, ainda hoje, com o mandado de segurança junto ao TFR. Varela argumenta que os beneficiados têm direito adquirido, que há um problema social e que todas os atos do Senado foram legais e legítimos, amparados pela Constituição, pelas leis e pelos regimentos.

No teatro

O "trem da alegria" já chegou ao teatro

em Brasília. O produtor Carlos Augusto Campos Velho, conhecido como J. Pingo, que tem registro de jornalista, mas não exerce a profissão, e que foi um dos aquinhoados com um emprego de Cr\$ 5 milhões na gráfica do Senado, incluiu a mordomia na peça **O pau do homem**, que encena no teatro Galpão. Depois de dar uma entrevista justificando o seu novo, e primeiro emprego, na qual afirma que "adoro mordomias", Pingo incluiu na peça um diálogo em que um pai, ao saber que a filha trabalhava no teatro com ele, grita: "esse Pingo é um péssimo elemento. Ele adora mordomia." E depois ainda exhibe um homossexual, passageiro do "trem" que reclama, enquanto sai no final da noite para comer um sanduíche, da exigência do novo emprego do uso de paletó, gravata e sapato. "Tem que ir bem arrumado".

J. Pingo é o protótipo do amante da mordomia. Numa campanha na base da abertura, foi eleito presidente do Clube de Imprensa de Brasília e imediatamente mudou-se para a sede do clube, onde mora, à beira do lago Paranoá, sem pagar coisa nenhuma. Com o dinheiro do primeiro pagamento na gráfica do Senado, comprou uma kombi usada, que já batisou de "kombi da alegria", em homenagem ao emprego. Ontem ele cuidava de promover um torneio de futebol entre elencos de várias peças teatrais em exibição em Brasília, enquanto um empregado do clube lavava a sua kombi.

Na justiça

Valdete Penha Louzada, há um ano trabalhando na gráfica do Senado, anuncia que vai acampar na casa do juiz, dos advogados e dos jornalistas, se perder seu emprego. "Me agarrar a ele com unhas e dentes e vou lutar até o fim, pois ninguém vai dar comida aos meus filhos". Damião Galdino da Silva, o "Damião do Jegue", protesta contra os aventureiros que ingressaram no nível 35, enquanto ele, com 10 anos de serviço, não passou do 23. O mesmo protesto é de Isabel, mãe de dois filhos, que trabalha de sete da noite à uma da manhã, há poucos meses, e que não admite perder o emprego. Eles entregaram procuração ao advogado Eri Varela, que é ligado ao gabinete do Senador Carlos Alberto (PDS-RN) para que entre hoje com o mandato de segurança.

Hoje será criada uma Comissão de Defesa dos Servidores da gráfica do Senado, com o objetivo de defender os interesses dos que ali já trabalhavam.